



ACÓRDÃO Nº867/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11489/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Maria Aparecida Siqueira de Almeida (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1961/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Canutama. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Canutama, sob a responsabilidade da Sra. **Maria Aparecida Siqueira de Almeida**, Presidente à época, no exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso III, "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96.

10.2. Aplicar Multa à Sra. **Maria Aparecida Siqueira de Almeida**, Presidente da Câmara Municipal de Canutama, exercício de 2018, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) pelos achados 1, 2, 3 e 4 do Relatório Conclusivo nº 61/2019-DICERP (fls. 284/290), e pelas restrições 17 e 18 do Relatório Conclusivo nº 3/2021-DICAMI (fls. 293/311), impropriedades também elencadas no Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

10.2.1. Fixar prazo de 30 dias para que a responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao



ACÓRDÃO Nº867/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar à atual gestora da Câmara Municipal de Canutama** que regularize junto ao FAPEMUC o valor de **R\$ 25.564,65** (vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) devido das contribuições de alíquota suplementar de exercícios anteriores, apontado no Relatório Conclusivo nº 61/2019-DICERP de folhas 284/290 (Achado 2).
- 10.4. Recomendar à atual gestora da Câmara Municipal de Canutama** que providencie a criação de setor/departamento específico para cuidar do patrimônio, a fim de ampliar o controle quanto aos bens da Câmara Municipal (Restrição 9 do Relatório Conclusivo nº 3/2021-DICAMI (fls. 293/311).
- 10.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção** que ao inspecionar a Câmara Municipal de Canutama, verifique se a determinação e a recomendação acima descritas foram cumpridas.
- 10.6. Determinar à Secretaria do Pleno - SEPLENO** que extraia cópia do Relatório/Voto e encaminhe à atual gestora da Câmara Municipal de Canutama, juntamente com a decisão originada nos autos a fim de que tenha ciência do teor da restrição que foi alvo de recomendação.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2021.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº867/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição